



A Pátria à Distância na era da globalização?

A identidade nacional dos imigrantes dos PALOPS em Portugal

(Apresentação de um Projecto) *

José Manuel Sobral

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

jose.sobral@ics.ul.pt

Julho de 2004

*** Não pode ser citado**

1- Introdução

Até 1975 Portugal foi a última potência europeia a deter um império colonial, que então se dissolveu para dar lugar a novas nações, construídas, como foi comum, a partir das antigas fronteiras coloniais (Smith 1991). Até aos finais da década de setenta Portugal havia sido igualmente país de emigrantes. Essa situação, um elemento estrutural da formação social portuguesa, acentuara-se, como é sabido, na década de

sessenta do século XX, sobretudo com o êxodo maciço de portugueses para os países mais desenvolvidos da actual União Europeia.

A partir da descolonização, a situação alterou-se. Estabeleceram-se na antiga metrópole cidadãos dos novos países de expressão portuguesa, que aqui vinham encontrar ocupação ou mesmo o refúgio político, o mesmo sucedendo a cidadãos brasileiros. A década de noventa traria por sua vez a Portugal os imigrantes gerados pela dissolução do antigo bloco soviético. A proporção da população estrangeira residente em Portugal mais do que duplicou entre 1991 e 2001, representando, segundo o último recenseamento, 226 715 pessoas, 2,2% do total da população (Carrilho 2002). Estes números revelam que Portugal, país tradicionalmente exportador de mão-de-obra, se transformou, como outros países da União Europeia, em país de acolhimento, embora com uma posição ainda relativamente modesta neste contexto – com menor percentagem de imigrantes relativamente à França, à Alemanha, ou à Grécia, mas superior à da Espanha e ligeiramente inferior à da Itália (Triandafyllidou 2001: 69, 93). O maior contingente de imigrantes, 45,6%, é de origem africana, na sua quase totalidade oriundos das antigas colónias portuguesas de África (Carrilho 2002).

Os imigrantes africanos têm vindo a estabelecer-se na antiga colónia, numa conjuntura pós-colonial, utilizando os laços – a começar pela língua – e redes de apoio forjadas pela colonização. A própria antiga metrópole colonizadora, seguindo os passos do Reino Unido ou da França, quis manter vínculos económicos, políticos e culturais com as novas nações no tempo pós-colonial. Teve um papel fulcral na imaginação de uma nova comunidade – para parafrasear Anderson (1983) –, a CPLP, que conferisse um sentido de identidade supranacional a tais vínculos.

Este projecto tem como objectivo principal a análise das manifestações da identidade nacional entre os imigrantes das antigas colónias portuguesas.

2 – Os novos estados entre a colonização e a globalização

A localização do momento de emergência do facto nacional é polémica e constitui porventura a maior fractura entre os estudiosos do nacionalismo. Há, grosso modo, uma enorme divisória entre os que pensam ser o nacionalismo e o estado-nação algo de recente, seja quais forem as explicações que se adiantem para o facto, e aqueles para quem o facto nacional é algo de anterior à modernidade e possui raízes em factores pré-modernos como a etnicidade.

Seja qual for a interpretação seguida, este enfoque aplica-se ao mundo ocidental e não à realidade saída da luta anti-colonial, embora os caminhos seguidos na independência pelos novos estados não sejam idênticos (Smith 1991: 106-116). Os estados africanos são o produto da realidade colonial, em mais do que um sentido. Por representarem a importação de uma cultura política nacionalista, voltada contra o colonizador (Young 2001: 44-46). Por prolongarem a configuração territorial imposta pelos colonizadores, pois foi declarada a inviolabilidade das fronteiras coloniais, as quais não respeitavam outras fronteiras identitárias, as da etnicidade (Smith 1991: 115). Por isso, a sua história tem-se revelado conflituosa, conflitos que não foram – nem são – desconhecidos na Europa. Basta pensar que a legitimidade de estados europeus, que reivindicam ser estados-nação, tem sido questionada, precisamente por se pensar que não há correspondência entre a entidade política e um colectivo nacional.

Constituíram-se, deste modo, novos estados que se auto-definiram como nacionais. Os PALPS foram os mais tardios a surgir no âmbito da descolonização inaugurada após a 2ª Guerra Mundial. Emergiram, por isso, num momento em que se afirma que estão em erosão tanto o estado-nação, como a cultura política e a forma de identidade que lhe estão associados – o nacionalismo, a identidade nacional. Uma erosão decorrente do conjunto de processos conhecido como globalização. Esses processos, que enfatizam a interdependência a nível mundial nos campos económico, político e cultural, teriam posto em causa a autonomia e especificidade de cada configuração nacional. Assim, o estado-nação (e, em geral, o estado) que tem sido o depositário da soberania – ou seja do controlo da economia, da cultura, da comunicação e da ordem social nos últimos séculos – veria essa soberania afectada pela existência de entidades supranacionais nos campos económico e político. Os estados já não representam territórios bem delimitados e encerrados nas suas fronteiras, sobre os quais exercem um controlo político-administrativo indisputado. O estado veria também limitada a sua capacidade de exercer um monopólio exclusivo da violência, interna e externamente. No primeiro caso devido à visibilidade do que se passa no interior das suas fronteiras e à actuação de agências internacionais que colocam constrangimentos à sua acção. No segundo devido à chamada “globalização militar” – um processo de conexão militar que transcende as principais regiões do globo – e nomeadamente devido à existência de armas nucleares, o que restringiu a actividade bélica. O sistema militar transnacional limita fortemente a soberania da maioria dos estados.

O estado veria finalmente afectada a sua pretensão de representar a nação pela emergência no seu âmbito de movimentos nacionalistas que reivindicam representar nações subjugadas¹.

Tudo isto, no entanto, não reduz o estado-nação – ou outro – à insignificância. Continua a ser o actor principal no plano internacional – a União Europeia é um colectivo de estados, por exemplo – e por certo não perdeu relevância no enquadramento e controlo dos seus cidadãos, na sua socialização, na capacidade para regular o campo económico e as relações sociais – basta lembrar que ser cidadão nacional é a garantia de múltiplos direitos incontestados, a começar pelo de viver num determinado local. A ligação entre a condição de cidadania e a condição nacional é fulcral para se entender a persistência e reprodução dos vínculos nacionais.

Não só o estado-nação não foi reduzido à insignificância, como os movimentos, atitudes e expressões nacionalistas não parecem debilitados. Aliás, deste ponto de vista, o impacto da globalização poria em movimento processos diferentes e contraditórios.

Ao criar um mercado mundial e fluxos de bens, tecnologias e pessoas, provocaria, por uma parte, a resistência daqueles que se sentem ameaçados por essa mundialização. Há um sentimento nacionalista de reacção contra a globalização e suas consequências, que tanto é detectável no aparecimento nos países desenvolvidos de hostilidade para com os imigrantes como nos países do Terceiro Mundo numa reacção nacionalista contra a dominação pelo mundo desenvolvido.

Mas o nacionalismo, a exaltação do carácter específico de cada identidade nacional, pode ser igualmente considerado um produto da globalização, que ainda difunde como modelo político eminente o estado-nação. Isto verifica-se no caso do colapso de antigas entidades políticas multinacionais, como a antiga URSS ou a ex-Jugoslávia, cuja extinção esteve ligada ao fim da sua separação do Ocidente e às pressões sociais, económicas – e culturais – provenientes da globalização.

Se há quem pense, como Hobsbawm (1994: 181-182), que o tempo da globalização é o do crepúsculo dos estados-nação e do nacionalismo, outros, como, Castells sublinham o facto de a era da globalização ser também a “era da ressurgência do nacionalismo expressa simultaneamente no desafio aos estados-nação estabelecidos e na ampla (re)construção da identidade com base na nacionalidade” (Castells 1997: 27). No estado actual da questão, deverá abandonar-se uma avaliação primária dos processos

¹ Esta apresentação sumária dos debates em torno da relação entre globalização e estado-nação é fortemente devedora da síntese de Guibernau (2001: 242-268).

ligados à globalização e (re)produção da identidade nacional em termos binários, de oposição, mas pensar-se nas suas interligações, podendo os processos globais tanto contribuir para diminuir o sentido da identidade nacional, como para o reforçar (Edensor 2002: 29).

Devemos ter em conta igualmente que a cultura cosmopolita e híbrida e os estilos de vida ligados à mesma – ou as instituições supranacionais – não parecem superar os vínculos emotivos que ligam comunidades a territórios, memórias, gerações passadas e experiências. A retenção de um sentido de identidade nacional nas comunidades de diáspora tem sido assinalada (Edensor 2002: 64) e é um elemento antigo entre migrantes. Na actualidade, o “nacionalismo da diáspora” será influenciado por vários factores característicos da própria globalização, como a facilidade e rapidez nos transportes, que permitem uma deslocação rápida e mais frequente entre territórios e pelo desenvolvimento das comunicações que permitem manter um contacto imediato ou quase imediato entre espaços distantes (Landau 2001: 46-50).

Como sucederá no caso dos emigrantes dos PALPS, portadores de uma identidade nacional recente e que a vivem entretanto num contexto transnacional, estruturado pela globalização? Uma identidade nacional que é uma construção assente na ideia de o estado-nação ser a base desejável da vida política. Uma ideia hegemónica actualmente questionada por resistências regionais e subnacionais – ligadas nomeadamente à politização da etnicidade – como recorda Tambiah (1996: 11). Dimensões étnicas/regionais essas que estão presentes no seio dos imigrantes.

3 – Da Identidade Nacional

O facto do objecto deste trabalho ser a identidade nacional obriga a esclarecer alguns aspectos nucleares da nossa abordagem que se prendem com ambos os termos.

Em primeiro lugar convém assinalar que se pensa na identidade não como algo de estático ou de fixo, mas como um processo que emerge em determinadas situações ou contextos. Do nosso ponto de vista, é fundamental reter a importância da teorização de Frederick Barth, que se reportava especificamente às identidades étnicas, para quem as identidades não são fixas e mudam no decurso do tempo. O processo de construção de identidades é produto da interacção entre grupos. Para Barth, o conteúdo das identidades não é fundamental, pois este pode ser variável. O que é crucial é o reconhecimento da existência de “boundaries” – delimitações – entre uns e outros, que

permitem a existência de uma dicotomia entre grupos. Os grupos étnicos mantêm uma identidade própria ao manterem essa separação, podendo variar os marcadores culturais dessa diferença (Barth 1969).

Em parte na esteira de Barth, mas de modo crítico e recorrendo a outros contributos (Marx, Weber, Mead, Goffman, Bourdieu, Giddens...), Jenkins desenvolve uma abordagem da problemática da identidade em que acentua a sua componente processual, interactiva, a capacidade de mudança e as dimensões institucionais e de poder (Jenkins 1996: 25-26). Este sociólogo prefere falar no que descreve como a “dialéctica da identificação”, designação que para ele abrange as dinâmicas externa e interna de qualquer identidade social (id., ibid. 20-22). Por dinâmica externa, entende-se a categorização social pelo Outro, por interna a auto-definição. A “identidade social nunca é unilateral”, é o produto da combinação dialéctica de ambas as dinâmicas (id. ibid. 112), a da categorização social (externa) – é-se membro de um grupo, porque se partilha determinadas características em comum – e a da “identidade de grupo”, o produto da definição colectiva interna (id., ibid. 83). Dinâmicas que, para o autor, têm correspondência na conhecida distinção de Marx entre “classe em si” e “classe para si”.

As dimensões “externa” e “interna” estão ligadas à distinção estabelecida por Jenkins entre “identidade nominal” – e “identidade virtual”, uma divisória vinculada à produzida por Barth entre “delimitações” (boundaries) e “conteúdo”. A primeira representaria o nome, a segunda a experiência. Uma representaria, até certo ponto, uma dimensão externa, onde é manifesto o poder das instituições para nomear e conferir uma identidade. A outra referir-se-ia ao modo como a identidade é vivida, interpretada, experimentada em determinado contexto (id., ibid. 24). Para quem estuda a problemática da identidade nacional, esta distinção permite distinguir entre a aposição de uma identidade nacional nominal num passaporte ou B.I. por parte de um dado estado, e suas implicações, o modo concreto como essa identidade é vivida num contexto concreto, afastando uma visão fixa/essencialista da identidade. Torna possível inclusive evidenciar a dissonância e resistência que pode existir em casos de imposição dessa identidade nominal nacional e sua recusa – eu não sou nacional de... – em função de identidades étnicas ou outras que atravessam essas identidades nacionais.

Sem fazermos uma revisão neste contexto da bibliografia em torno da problemática das identidades nacionais, podemos assinalar que as mesmas dependem da existência de um qualquer tipo de limites, que no caso dos estados tomam a forma territorializada de fronteiras. E que elas assentam na visão dicotómica que estabelece

uma separação entre “Nós” e “Eles” (Eisenstadt e Giesen 1995; Billig 1997 [1995]) acompanhada de marcadores culturais – como a adopção de línguas distintas ou mesmo expressões religiosas (religiões oficiais) diferentes. Há dimensões de categorização externa e a assunção de uma identidade colectiva por parte do grupo – esses processos estão articulados, as identidades nacionais são construídas no âmbito de um universo estruturado por esse tipo de construção identitária. “Pertence-se” a uma nação num mundo de nações, desde o triunfo no século XIX da ideologia do nacionalismo, que postula que “o mundo está dividido em nações, cada uma com a sua individualidade, história e destino próprios” (Smith 1991: 74). É-se constituído como cidadão nacional por se pertencer a um sistema mundial de estados-nação, por o próprio estado classificar como nacionais os naturais do território que controla (classificação que pode variar em função do peso maior ou menor do “jus sanguinis” ou do “jus soli” no seu direito).

Como o propõe Jenkins, há uma dimensão virtual na própria identidade, o que significa que esta é vivida de modo variável, variando contextualmente. Por exemplo, será diferente a experiência de um nacional no seu próprio país e no estrangeiro. No primeiro dos casos, está-se desde logo incluído numa sociedade definida como a própria e é-se membro de uma entidade política que formalmente privilegia o nacional sobre o estrangeiro. O nacional é titular de direitos – políticos, económicos, sociais – que faltam aquele. No segundo caso está-se desde logo excluído de direitos políticos, fonte virtual de outras exclusões ou discriminações. O que significa, aliás, que a identidade nacional está ligada a outras identidades sociais e possui diversas implicações. Por isso deve ser estudada nos múltiplos contextos concretos das suas manifestações.

A aproximação à problemática da identidade nacional que aqui esboçamos afigura-se-nos frutífera, pois aponta para processos de construção e reprodução identitária que se podem encontrar em contextos históricos variados. Tanto pode servir como proposta de abordagem que contemple as identidades vinculadas a nações e estados-nação que possuem um processo de formação e consolidação plurissecular, que se encontram no Ocidente europeu, por exemplo, como outras de emergência mais recente, como é o caso dos PALPS.

O estudo das formas que assume a identidade nacional entre os naturais dos PALPS permitirá discutir certas propostas de caracterização da identidade nacional, como a avançada por Smith que insiste em que a mesma é definida por haver um território ou terra natal, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas comum, direitos e deveres legais para todos os membros ou uma economia comum com

mobilidade territorial para os membros da nação (Smith 1991: 14). Até que ponto atributos como estes, que correspondem (também) a projectos nacionalistas de construção da identidade, serão parte da identidade nacional de cidadãos emigrantes de nações que ainda se estão a constituir, profundamente divididas por conflitos, em que a etnicidade, nomeadamente, tem grande relevo? Deve-se ter em conta que estes atributos são já o produto reificado de processos como aqueles de que emergiram, por exemplo, as nações na sociedade ocidental.

Embora a produção da identidade nacional obrigue ao exame das ideologias nacionalistas, mormente as dimanadas do poder estado, no seu papel “nacionalizador”, – ou os discursos de ideólogos – tem-se defendido que o estudo da identidade nacional não se pode circunscrever a manifestações discursivas da identidade. Deu-se relevo, por isso, ao papel de rituais e cerimónias comemorativas (como os dias ou feriados nacionais) na criação da identidade (Gillis et al. 1994). E, para lá das ocasiões formais, oficiais, há que ter em conta as manifestações informais, populares, em que se incluem mesmo expressões violentas, como motins (Tambiah 1996). Esse tipo de abordagens tem capturado as práticas da reprodução das identidades nacionais que se desenrolam no quotidiano de um modo mundano, informal e rotineiro: aquelas práticas que assumem a existência das nações como algo de natural e não questionado. Elas representam modos de envolvimento na reprodução do nacional – por exemplo, ao assumir sem reflectir a normalidade de uma existência nacional, como sucede ao lermos um jornal, em que aparecemos como parte de uma nação: o governo, o país, a economia são “nossos” (Billig 1997 [1995]: 72-73). Assume-se que o mundo é naturalmente composto de nações (id., *ibid.*: 23). A identidade nacional é assim pensada de modo multidimensional, como “uma forma de vida, que é vivida diariamente no mundo dos estados-nação” (id., *ibid.*: 69). Daí o relevo que é dado às práticas do nacionalismo banal (Billig), um nacionalismo distinto das datas e eventos formalizados como nacionais, as quais asseguram no quotidiano a reprodução identitária. Estas propostas encontram eco na ênfase conferida ao popular por um Edensor, que insiste nos modos como a identidade é imaginada além do mundo oficial – no teatro, na música popular, nas festas, na moda, na arquitectura... (Edensor 2002: 7), poderíamos acrescentar, na alimentação, etc. E também nas propostas deste e de Billig para pensar a identidade nacional como hábito(s) incorporado(s) (Billig 1997 [1995]: 8) – e habitus, no sentido de Bourdieu - reproduzidos através de uma pluralidade de desempenhos (performances).

Como já se assinalou, “ter uma identidade nacional também implica estar situado física, legalmente, socialmente, bem como emocionalmente: implica, tipicamente, estar situado numa pátria, que por sua vez está situada no mundo das nações. E só se as pessoas acreditam que têm identidades nacionais, se reproduzirão tais pátrias e o mundo das pátrias nacionais” (Billig 1997 [1995]: 8).

3 – Problemáticas em estudo: uma visão sintética e não exaustiva

O estudo da identidade nacional no seio dos imigrantes dos PALPS implica o tratamento de problemáticas correlacionadas que a seguir se referem de modo discriminado. Embora necessariamente articuladas, a ordem pela qual são aqui enunciadas obedece a um critério que parte das de dimensões de âmbito mais geral para outras de carácter mais particular, que envolvem especificamente o contexto português.

As problemáticas em consideração são:

- a relação entre identidades nacionais e identidades étnicas/regionais;
- a comparação entre formas de identidade nacional recentes, como as surgidas da dominação colonial, com identidades mais antigas das quais surgiu o protótipo do estado-nação (Anderson 1983; Smith 1991), como foi o caso da portuguesa (Sobral 2003);
- o significado da identidade nacional para o sujeito individual (Reicher e Hopkins 2001);
- a relação entre identidade nacional, identidade individual e experiências de vida transnacional, procurando detectar a formação de vínculos produtores de um sentimento de pertença ou de “lar” (Home) (Al-Ali e Koser 2002) e a incidência do que já foi designado como nacionalismo a longa distância (Glick Schiller e Fouron 2001);
- o papel das redes sociais transnacionais assentes no parentesco, em laços de localidade e outros como sustentáculo possível de vínculos de identidade;
- o papel da família e das interações no espaço doméstico na (re)produção da identidade nacional;

- a reprodução, na interacção quotidiana, do nacionalismo banal (Billig 1997b) através de uma multiplicidade de práticas – alimentação, música, vestuário, adornos corporais ...– que mantêm vivas formas culturais do país de origem;
- o papel das instituições – agências do estado, como as embaixadas, associações de imigrantes – e dos “media” – rádio, televisão, telecomunicações, internet - na produção, definição e sustentação de processos de identidade nacional (envolvem um leque variado de desempenhos, que vão desde celebrações formais de datas rituais, como o dia da independência, a interacções marcadas pela informalidade);
- a importância das identidades nacionais no contexto da globalização, como tem sido sublinhada por diversos autores (Castells 1997; Guibernau 2001), ou, pelo contrário, o seu declínio (Hobsbawm 1994);
- a experiência concreta do sentimento de identidade nacional num contexto de diáspora transnacional;
- as articulações entre processos de homogeneização cultural e procedimentos de manutenção, reinvenção (Boissevain 1992) e/ou invenção (Hobsbawm e Ranger 1983) de especificidades culturais;
- o papel do Outro Significante - o(s) outro(s) que influencia o desenvolvimento da identidade de uma nação através da sua presença “ameaçadora” ou “inspiradora” (Triandafyllidou 2001: 32) - na construção da identidade nacional, o que implica reflectir sobre o papel da antiga metrópole, hoje lugar de residência, e dos seus nacionais, desse ponto de vista;
- a ligação entre identidade nacional e cidadania (Coleman 2001) na relação entre os imigrantes e o estado português, nomeadamente em questões relativas à exclusão de direitos políticos e sociais, numa perspectiva comparada com a situação europeia (Mitchell e Russell 1999; Noiriel 2001);
- a relevância das construções pós-coloniais da CPLP e da Lusofonia e a relação desses vínculos com a identidade nacional dos imigrantes dos PALPS.

Com este projecto de investigação espera-se obter resultados relativos aos objectivos discriminados e oferecer um contributo assente em estudos de casos concretos ao campo de estudos que se reportam em termos latos às problemáticas da identidade nacional e do nacionalismo e correlativas. A pesquisa será sempre conduzida numa perspectiva comparada, em que as referências fundamentais se encontram nos

países da União Europeia, pois estes inserem-se no mesmo quadro jurídico-institucional do estado-nação português, na mesma história, partilham definições comuns ou afins de cidadania e nacionalidade e são palco de processos de imigração que se afiguram como tendo similitudes com os que nos propomos abordar (Fassman e Munz, 1994).

4 – Metodologia

Para atingir os objectivos propostos delineou-se uma investigação etnográfica, assente numa observação íntima do universo social a estudar. Os imigrantes objecto desta pesquisa habitam na sua maioria a Área Metropolitana de Lisboa, com especial relevo para os concelhos periféricos da cidade e para a margem Sul. O trabalho parte do reconhecimento desses espaços e visa analisar discursos e práticas de identificação no contexto dos grupos domésticos, das sociabilidades de bairro e da vida associativa. Outros locais são os espaços de culto religioso, os restaurantes e estabelecimentos nocturnos. Espaços de celebração formal, como as embaixadas, constituem também locais a considerar.

Às recolhas etnográficas que se apoiam em entrevistas e na observação, sempre que viável e possível, participante, juntar-se-á a recolha de dados através de entrevistas e de reuniões de grupo. Não sendo objectivo deste trabalho caracterizar as práticas de identidade de qualquer colectivo nacional em particular, não se restringiu a recolha de dados a nacionais de um único estado. Como vista a obter um leque amplo de manifestações e discursos, procura-se diversificar os interlocutores em termos de idade, posição social, capital escolar e género.

Colegas cientistas sociais dos PALPS residentes em Portugal serão entrevistados e convidados a tomar parte na discussão dos argumentos deste projecto.

Referências Bibliográficas

Al-Ali, Nadje, Koser, Khalid (eds.) (2002) *New Approaches to Migration? Transnational Communities and the Transformation of Home*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Anderson, Benedict (1983) *Imagined Communities*, Londres: Verso.

- Barth, Frederick (1969) "Introduction" in F.B. (ed.) *Ethnic Groups and Boundaries*, Londres: George Allen & Unwin.
- Billig, Michael (1997a) "Socio-psychological aspects of nationalism: imagining ingroups, others and the world of nations", in Keebet von Benda-Beckman e Maykel Verkuyten (eds.) *Nationalism, Ethnicity and Cultural Identity in Europe*, Utrecht: European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, Universidade de Utrecht.
- Billig, Michael 1997 b (1995) *Banal Nationalism*, Londres: Sage.
- Boissevain, Jeremy (ed.) (1992) *Revitalizing European Rituals*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Edensor, Tim (2002) *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Oxford e Nova Iorque: Berg.
- Carrilho, Maria José (2002) "Evolução Demográfica no período intercensitário 1991-2001", in <http://www.ine.pt/censos> 2001/Em Foco/pdfs/censos 2001mjc.pdf.
- Castells, Manuel (1997) *The Power of Identity*, vol. II de *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Oxford: Blackwell.
- Coleman, David (2001) "Immigration and Nationality", in Athena S. Leoussi (ed.), *The Encyclopaedia of Nationalism*, New Brunswick e Londres. Transaction Publishers.
- Eisenstadt, S. N. e Giesen, Bernhard (1995), "The Construction of Collective Identity", in *Archives Européennes de Sociologie*, XXXVI, pp. 72-102.
- Fassman, H. e Munz, R. (eds.) (1994) *European Migration in the Late Twentieth Century*, Aldershot: Edward Elgar.
- Gillis, John R. (1994) "Introduction. Memory and Identity: the History of a Relationship", in John R. Gillis, ed., *Commemorations: the Politics of National Identity*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Glick Schiller, Nina & Fouron, Georges Eugene (2001) *Georges Woke Up Laughing: Long-Distance Nationalism and the Search for Home*, Durham/Londres: Duke University Press.
- Guibernau, Montserrat (2001) "Globalization and the Nation-state", in Montserrat Guibernau e John Hutchinson (eds.) *Understanding Nationalism*, Cambridge: Polity Press.
- Hobsbawm, Eric J. e Ranger, Terence eds. (1983) *The Invention of Traditions*, Oxford: Oxford University Press.
- Hobsbawm, Eric J. 1994 (1990) *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Jenkins, Richard (1996) *Social Identity*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Landau, Jacob M. (2001) “Diaspora Nationalism”, in Athena S. Leoussi, ed., *The Encyclopaedia of Nationalism*, New Brunswick e Londres, Transaction Publishers.
- Mitchell, Mark e Russell, Dave (1999) “Nationalism, national identity and citizenship in the new Europe”, in Thomas O. Boje, Bart van Teenbergen e Sylvia Walby (eds.) *European Societies: Fusion or Fission ?*, Londres: Routledge.
- Noiriel, Gérard (2001) *État, Nation et Immigration: vers une Histoire du Pouvoir*, Paris: Belin.
- Reicher, Stephen e Hopkins, Nick 2001. *Self and Nation*, Londres: Sage.
- Sobral, José Manuel (2003) “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”, in *Análise Social* n.º 165, vol. XXXVII, pp. 1093-1126.
- Smith, Anthony D. (1991) *National Identity*, Londres: Penguin.
- Tambiah, Stanley J. (1996) *Levelling Crowds. Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*, Berkeley: University of California Press.
- Triandafyllidou, Anna (2001) *Immigrants and National Identity in Europe*, Londres e Nova Iorque: Routledge.